



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

## A INSTRUÇÃO NA PARAÍBA OITOCENTISTA: PERSPECTIVAS ACERCA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR

Cláudia Engler Cury  
claudiacury@terra.com.br  
Maday de Souza Morais  
madamatrix@hotmail.com  
Michele Lima da Silva  
michelle\_.lima@hotmail.com  
(UFPB)

### Resumo

A presente comunicação faz parte de um projeto pesquisa em andamento denominado “Instituições escolares e cultura material escolar (1822 a 1850): temas e possibilidades de pesquisa” que objetiva construir conhecimento histórico educacional acerca das prescrições e práticas educativas engendradas no interior do processo de organização e normatização da instrução pública e particular na antiga Província da Parahyba do Norte. A documentação com a qual vimos trabalhando são os documentos identificados e transcritos pelo Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), no Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte. No trato com a documentação buscamos indícios de instituições escolares na primeira metade do Oitocentos bem apreender o cotidiano das aulas por meio da disposição das mobílias, dos métodos de ensinar, dos espaços e materiais destinados às aulas. Simultaneamente procuramos estabelecer um diálogo com o contexto sociocultural, econômico e político do período, por meio da historiografia, no sentido de apreender as diversas escritas da história educacional e as possíveis resistências e assimilações cotidianas que os sujeitos envolvidos com a instrução pública e particular empreenderam na Parahyba Oitocentista.

**Palavras-chave:** Instituições escolares. Cultura material. Paraíba.

### 1- Introdução

Os documentos que tomamos por base para as interpretações aqui apresentadas foram coletados no Arquivo Waldemar Bispo Duarte (FUNESC) pelo Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO ao longo da última década. Podemos dizer que a organização e conservação dos documentos nas caixas do Arquivo apresentam-se de forma precária<sup>1</sup> e a estrutura da grafia respeita o período histórico no qual foi elaborado. Encontramos alguns documentos totalmente deteriorados cujo estado de conservação, por muitas vezes, dificultou a sua leitura por parte dos pesquisadores.

<sup>1</sup> Para alguns documentos foram identificadas cópias que também passaram pelo crivo do olhar dos pesquisadores para verificação da ocorrência de alguma alteração entre o documento “original” e sua cópia.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nossas pretensões aqui são as de investigar o cotidiano instrucional, no que diz respeito à utilização dos utensílios empregados para as aulas de primeiras letras e na instrução secundária na Província da Parahyba do Norte. Fizemos esse percurso por meio das instituições escolares que fomos identificando na documentação consultada e nas referências aos artefatos escolares que foram mencionados pelas listas de compras e que deveriam constituir os vários espaços escolares à época.

A pesquisa teve como marco temporal, os anos compreendidos entre 1822 a 1850, ou seja, nos restringimos à primeira metade do século XIX em virtude dos limites estabelecidos para esta Coletânea. Naquele período histórico, diversos interesses e projetos de construção da nação estavam se processando. No bojo daqueles projetos políticos estavam os interesses de liberais e conservadores que entre outras coisas disputavam formas de configurar a administração das províncias. Havia projetos que defendiam o federalismo, concedendo maior autonomia para as províncias e outros que pretendiam maior centralidade política ao Município Neutro da Corte. Nesse contexto, o norte do Brasil como era conhecida a região na qual se encontrava a Província da Parahyba do Norte, não aparece apenas como um mero repetidor de um centro da administração política do império, mas ao contrário deu mostras na por meio da documentação consultada de contribuição para a constituição do processo de construção do Estado nacional, conforme as perspectivas apresentadas por Gouveia (2008, p. 21)

Os principais setores, na região Nordeste do país, desempenharam um papel crucial em favor do processo de ajustamento político em curso no Brasil nas décadas de 1820 e 1830. Essa região tinha um forte papel na economia do país graças à importância da exportação do açúcar ali produzido em um período de alta dos preços desse produto nos mercados internacionais em razão do colapso da produção Antilhana, no pós independência do Haiti. Outro importante elemento era o grande número de indivíduos *qualificados* existente naquela região em termos da prática política até então exercida no Brasil. Esses homens, articulados com o novo grupo de políticos que surgia na região Sudeste, conseguiram organizar recursos e estratégias capazes de promover a estabilização da monarquia constitucional no país.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas pela historiografia brasileira que vem tratando a história política sob a ótica das culturas políticas, podemos dizer que havia uma efetiva participação da região norte nas decisões nacionais como pudemos identificar na documentação analisada, bem como a participação de professores nas questões políticas que estavam se

676





colocando para aquele momento histórico. Ressaltamos o caso de um professor paraibano de primeiras letras, da Villa Nova da Rainha, na Comarca de Campina, que aderiu à independência, antes da declaração oficial da mesma<sup>2</sup>.

A partir de 1822, diversas questões apareciam na pauta das principais preocupações daqueles que estavam empreendendo as transformações que resultaram na independência e que povoavam o imaginário dos dirigentes. Assim, a instrução passa a ser evidenciada porque, no entendimento dos homens letrados do Oitocentos, seria por meio de sua efetivação que se poderia alcançar graus mais elevados de civilização tomando-se como parâmetro nações europeias ou os Estados Unidos da América do Norte.

## **2- Instituições escolares na primeira metade do Oitocentos**

Buscar vestígios das instituições escolares que existiram na Parahyba do Norte entre os anos de 1822 e 1850 nos remete a pensar a sua própria configuração histórica, ou seja, trata-se de um processo em construção para o qual podemos elencar alguns elementos que o caracterizaram como: a definição de uma programação escolar específica para cada um dos graus de ensino; a implementação da seriação que se constituiu em longo processo no século XIX; a definição dos métodos escolares; a obrigatoriedade da instrução; a definição dos compêndios escolares; os ordenamentos relativos aos espaços escolares; os concursos para acesso ao magistério e uma infinidade de desafios que foram enfrentados por homens e mulheres no Oitocentos para a configuração da profissão docente.

Estabelecendo uma ponte com os teóricos da educação, mais especificamente, os que tratam da temática das instituições, verificamos que as instituições escolares são um dos principais objetos de pesquisa no ramo da história da educação nos últimos anos e nos tem brindado com obras de referência. Nesse sentido, buscamos traçar as conexões entre a documentação analisada e esse autores. Sobre instituições escolares conceitua Magalhães (2004, p. 124)

---

<sup>2</sup> Conforme citado por Pinheiro (2008, p. 18).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e normativismo burocrático e político ideológico estruturante.

A afirmação acima nos mostra que as instituições escolares, não estão desconectadas dos acontecimentos políticos e sociais, pelo contrário são influenciadas e influenciam as tomadas de decisões além de conferir certa distinção aos dirigentes da política local e do império.

Na mesma direção, ou seja, a de pensarmos o que caracterizaria uma instituição escolar oitocentista utilizamos como referência as reflexões e análises propostas por Pinheiro (2002), no que diz respeito ao estudo da história da educação na Parahyba do Norte. O autor afirma que podemos considerar as cadeiras isoladas como um modelo de organização escolar para o período e que nesse sentido podemos entendê-las como um tipo de instituição escolar.

Com relação às instituições escolares propriamente ditas, a documentação entre os anos de 1822 e 1850, é escassa. Em 1828 identificamos um documento que se refere a um estabelecimento escolar, até então as referências encontradas na documentação indicavam sempre a abertura de *cadeiras isoladas* de primeiras letras. O referido documento discute a possibilidade de se encontrar algum edifício para a abertura de um Colégio d’Estudos Menores. Não conseguimos, entretanto, encontrar até o momento, a informação de que esse Colégio realmente chegou funcionar, mas o que nos chamou a atenção foi a indicação de que havia preocupação com a salubridade do local. Assim, podemos afirmar que, muito provavelmente, esse é um dos primeiros documentos que traz tal orientação.

Manda sua Majestade o Imperador, pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império que o Vice-Presidente da Província da Parahyba informe pela mesma Secretaria qual será o melhor lugar da Vila da dita Província para estabelecimento de um Colegio d’Estudos menores; devendo atender-se nesta averiguação assim a algum edifício, que nela exista, e que possa aproveitar-se para aquele fim, como a salubridade do lugar, e barateza de viveres para cômodo dos alunos.

Palácio do Rio de Janeiro em 17 de março de 1828.

Pedro Araújo Lima

Cumpra-se e registre-se. Parahyba 28 de abril de 1828.

V.P. Francisco de Assis Pereira Rocha<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Documento pertencente ao Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte. Caixa de 1828.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A partir de 1839, vamos ter documentos sobre o funcionamento do Lyceu Provincial – que havia iniciado suas atividades em 1836 - especialmente acerca de suas disciplinas e dos profissionais que iriam ministrá-las. É importante observar que, em virtude do regime de padroado, havia uma forte ligação entre o Estado Imperial e a Igreja Católica. Assim sendo, na documentação analisada percebemos a presença de padres professores, tanto no Lyceu Provincial, quanto nas cadeiras de primeiras letras. No primeiro caso, os padres, normalmente, eram responsáveis pelos estudos de filosofia racional e de moral.<sup>4</sup> Lembramos ainda que o Lyceu Provincial, mais tarde Lyceu Parahybano, foi a instituição secundária de maior prestígio na Província da Parahyba do Norte ao longo de todo o Oitocentos.

Retornando à quantidade de instituições escolares existentes na Província da Parahyba do Norte, verificamos a partir das informações contidas no Relatório do Presidente da Província de 1848, que existiam, em 1847, 54 escolas públicas do sexo masculino e 17 do sexo feminino, com um total aproximado de 1.922 alunos matriculados.<sup>5</sup> O documento ainda nos informa a existência de três escolas particulares, regularmente licenciadas, para o seu funcionamento. Uma delas era a escola particular da Villa de Cajazeiras dirigida pelo Padre Inácio de Souza Rolim.

É importante ressaltarmos que já no final da década de 1840, cogitava-se a possibilidade da criação de uma Casa de Educandos e Artífices, destacando que aquele tipo de instituição vinha obtendo sucesso em outras províncias e que serviria como um complemento às atividades desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia. Entretanto, esse projeto somente veio a se efetivar em 1865, passando a funcionar em uma propriedade localizada na Cruz do Peixe, conforme analisou Lima (2008).

Todavia, após apresentarmos as instituições escolares existentes na Província da Parahyba do Norte, no período aqui em estudo, consideramos importante destacar que não é tão somente a característica física que imprime a existência de uma instituição escolar, ou seja, a estrutura escolar e a organização do saber, também são elementos extremamente importantes, conforme nos indica Magalhães (2004, p.121)

<sup>4</sup> Para um maior aprofundamento acerca do corpo docente do Lyceu Provincial, consultar Ferronato, (2012).

<sup>5</sup> Sobre a quantidade de matriculados temos informações no Relatório do ano de 1848, assinado por um Presidente de Província que foi exonerado do cargo, entretanto, o relatório não informa o número total da população da Província o que dificulta a comparação dos dados.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Vistas a partir de uma epistemologia específica, a história da educação como história da escola, constituem um campo aberto e em franca renovação, seja na acepção da superação de lacunas do conhecimento, seja na de novas formas de abordagem, como se referiu.

O que podemos dizer é que as instituições educativas existentes na Parahyba do Norte na primeira metade do século XIX, ainda que estivessem sob um primeiro momento de sua configuração tinham características peculiares que as tornavam instituições escolares, conforme já dissemos anteriormente. Nesse sentido, outro elemento que consideramos importante para a configuração de existência e funcionamento das instituições escolares ou educacionais é a sua cultura material, aspecto que nos deteremos no item a seguir.

### **3- Cultura material escolar**

Para o trato com a cultura material escolar reconhecemos a existência de muitos estudiosos que desenvolveram discussões acerca das categorias: *cultura material*, *cultura escolar* e *cultura educacional*. Sobre cultura escolar, Pinheiro (2009, p.102), tece algumas considerações que aqui reproduzimos:

[...] relativo à forma e aos procedimentos teóricos e metodológicos de produção do conhecimento histórico, que passou a se preocupar com o cotidiano escolar, isto é, que focou as suas preocupações nas práticas efetivadas em relação aos processos de ensino-aprendizagem, além de nas relações sociais e pedagógicas produzidas entre os diversos sujeitos diretamente envolvidos com a transmissão, com a reprodução e com a produção de saberes escolares, tais com entre diretores/professores, alunos (...)

Os espaços escolares do século XIX foram se configurando a partir das permanentes relações sócio-culturais que se apresentaram com as “necessidades” de cada vila, povoação ou cidade. Assim, as formas espaciais destinadas ao funcionamento das aulas bem como para a guarda dos objetos escolares, foram delineando a cultura material escolar.

Como é sabido, muitos espaços físicos foram utilizados para o funcionamento das cadeiras ou aulas de primeiras letras, entre eles os salões paroquiais ou mesmo outras dependências dos conventos e/ou seminários religiosos. Foi o caso, por exemplo, do Convento de Santo Antônio,





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que abrigou as aulas de filosofia, retórica e geometria nos anos 30 do século XIX.<sup>6</sup> Nesse sentido, podemos inferir que os artefatos materiais, tais como a bíblia, opúsculos de cantos e de orações, crucifixo, imagem de santos (afrescos) bem como os próprios bancos e mesas servissem como apoio para o desenvolvimento das atividades de ensino. Assim esses artefatos que em princípio não foram pensados e destinados a prática pedagógica, terminavam por fazer parte daquela cultura material escolar.

Para além dessas situações de improviso, constatamos também que na primeira metade do século XIX, na Parahyba do Norte, a presença de objetos específicos para constituir o espaço da sala de aula já estava regulamentado, mesmo considerando que ela apareça na documentação de uma forma ainda tímida. Todavia, um bom exemplo disso que acabamos de falar refere-se ao Regulamento de 20 de Janeiro de 1849, que nos fornece significativos indícios acerca dessa questão. Vejamos:

Para as escolas de Instrução Primária da Província da Parahyba do Norte. O Presidente da Província, em virtude do artigo 30 da Lei Provincial nº 14 do ano passado, ordena o seguinte Regulamento:

Local e Mobília das Aulas

Art. 1º – Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo Inspetor respectivo.

Art. 2º – Em frente dos meninos, na escola, haverá uma Imagem de Cristo, e o retrato de S.M. Imperial.

Art. 3º – No centro da sala, ou de preferêcia na sua entrada, e defronte dos discípulos, haverá um estrado, em que se colocará a mesa do professor; este estrado terá a altura suficiente para que, sentado mesmo possa o professor ver toda a escola.

Art. 4º – O professor pregará nas paredes regulamentos, em que se achem traçados os principais deveres dos discípulos, as penas máximas da religião, e da moral.

Art. 5º – Nas paredes estarão penduradas pedras pretas para qualquer exercício. Em uma parte dessas paredes, apropriada ao fim, se desenharão o abecedário, o algarismo, figuras geométricas, e um mapa do Império do Brasil...<sup>7</sup>

A partir desse trecho do Regulamento (1849), podemos perceber as ideias que circulavam em torno da higienização dos ambientes (escolares); da utilização das imagens de cristo indicando conotações de cunho - religioso e moral; e por fim; a tarefa de controle em relação às atitudes e

<sup>6</sup> Documento de 18 de Março de 1834, pertencente ao Arquivo Waldemar Bispo Duarte (FUNESC). Caixa- 11

<sup>7</sup> Regulamento de 20 de janeiro de 1849. (PINHEIRO e CURY, 2004. p. 19).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ações dos professores frente aos alunos bem como o papel da inspeção para todas as atividades que envolviam os espaços destinados às aulas.<sup>8</sup>

Por meio desse tipo de documentação, como também de algumas obras de memorialistas<sup>9</sup> pudemos perceber a constante abertura das cadeiras de primeiras letras como também, a importância da instrução para a circulação de ideias conforme indicado no trecho abaixo:

[...] A instrução he a primeira necessidade do homem em sociedade: sem ela não haveria liberdade social, nem moralidade domestica: por isso he devida universalmente, qualquer que seja a condição do indivíduo; e ainda que não possa ser a mesma para todos, com tudo há huma instrucção primaria que todos indistinctamente devem ter, cuja ausência conforme se expresso hum Estadista Francez no tempo do Império, he um delicto publico e hum grande mal particular: nossa constituição política abraçou esse princípio social no Art. 179, parágrafo 32 garantindo a instrucção primária e gratuita de todo o cidadão [...] (PARAHYBA DO NORTE 1848, p.5 *Apud* OLIVEIRA, 2006, p. 11)

Dessa forma, percebemos a importância que havia em ressaltar a instrução nos discursos oficiais como uma alavanca social que deveria vincular valores relativos à vida privada aos valores que se pretendia configurar em espaços públicos. Curiosa também é a utilização de periódicos para a divulgação da instrução popular como “armas para se destruírem os abusos conhecidos até aqui na Educação pública.”<sup>10</sup>

A circulação de obras, tais como os compêndios escolares, os livros de leitura e os romances, muitas vezes se dava por uma rede de solicitações que envolvia desde o Imperador por meio da Secretaria de Estados dos Negócios do Império passando pelas demandas postas pelos presidentes de província que por sua vez muitas vezes se originavam das solicitações advindas da Assembleia Provincial. Como exemplo desse tipo de situação selecionamos a exigência do uso da *Gramática da Língua Nacional* do Pe. José Antonio Lopes da Silveira que recebeu uma gratificação de 600\$00 réis, porque foi aceita como compêndio para toda a Província da Parahyba do Norte. Há também o caso do livro *Reflexões sobre as cousas do Brasil* que deveria “regar utilidades para o povo.”<sup>11</sup> Essas utilidades não são expressas diretamente no documento em questão, entretanto,

<sup>8</sup> A questão do “ser professor” no século XIX foi desenvolvida por Teixeira (2009) e Miranda (2012).

<sup>9</sup> A discussão sobre as obras de memorialistas que indicaram questões relativas ao século XIX na Parahyba do Norte fez parte do projeto de pesquisa de iniciação científica desenvolvida por Maday de Souza Martins e concluída em 2009.

<sup>10</sup> Documento de 5 de Agosto de 1822, pertencente ao Arquivo Waldemar Bispo Duarte (FUNESC). Caixa-05.

<sup>11</sup> Documento de 31 de Janeiro de 1825, pertencente ao Arquivo Waldemar Bispo Duarte (FUNESC). Caixa- 07.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reconhecemos a importância e preocupação dada à preservação e divulgação de valores morais, bem como sobre a manutenção da ordem social e o progresso do império.

Outro exemplo, na mesma direção, ou seja, a da destinação de verbas para a compra de artefatos escolares foi o caso da compra de livros para a Biblioteca Pública do Lyceu, que por meio de um Decreto da Assembleia Legislativa Provincial de 27 de março de 1839<sup>12</sup>, deveria ser realizada com os rendimentos das matrículas dos estudantes. Dessa forma, a destinação de recursos viria tanto da Fazenda Pública como também de arrecadações específicas cobradas pelas instituições escolares.

É notório destacar também, que a situação econômica da Parahyba no Oitocentos esteve calcada em baixos valores orçamentários que deixavam, muitas vezes, a questão instrucional em segundo plano, apesar de sua “relevância para a mocidade brasileira”, ideia expressa nos documentos oficiais e não oficiais com os quais temos trabalhado.

Em documento de 10 de julho de 1834, intitulado como *Processo de Avaliação de Utensílios para Escola* para a Vila do Pilar, encontramos uma “lista” de materiais, tais como: bancos, banquinha para cadeira do mestre e *taboa* de operações - que deveriam ser examinados para a aula do ensino mútuo<sup>13</sup> das primeiras letras. No mesmo documento há referência à comodidade dos alunos durante as aulas desde que não houvesse “excessos que [prejudicasse] a Fazenda Pública, (...) recomendando-lhe (...) aquele zelo que é próprio de cidadãos zelosos do bem, e utilidade Pública”. Ressaltamos ainda que a leitura do referido documento nos permitiu apreender aspectos relativos à utilização do método mútuo de ensino. Na mesma direção do que estamos afirmando acerca da cultura material escolar, Castro (2011), nos diz:

Cultura Material Escolar pode abranger uma série de elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita (lápiz, caneta, livros, etc.), materiais de limpeza (panos, vassouras, tapetes, etc), mobiliários (cadeiras,

<sup>12</sup> Documento de 27 de março de 1839, pertencente ao Arquivo Waldemar Bispo Duarte (FUNESC).

<sup>13</sup> Podemos dizer que a aplicação do ensino mútuo, na Província da Parahyba do Norte, ainda é objeto de estudo de nossa pesquisa. Entretanto é possível afirmar que na maior parte da documentação encontramos referências ao método em expressões como: “com as Aulas do Ensino Mútuo da Cidade”. Também conhecido como ensino lancasteriano, trata-se de uma forma de ensino onde o professor conta com o auxílio de monitores – alunos mais adiantados, como facilitadores para a aprendizagem dos demais. “Os monitores eram alunos em estágios mais “avançados” de aprendizagem que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágios menos “avançados”. Os monitores, escolhidos pelos mestres, recebiam instrução à parte.” Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ensino\\_mutuo.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ensino_mutuo.htm)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados, etc) dentre outros, os quais podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado (...) (CASTRO, 2011, p. 13)

Sendo assim procuramos investigar todas as brechas que a documentação nos permitiu sobre a temática e que nos tem proporcionado uma gama de significações acerca do cotidiano das aulas na província paraibana. Identificamos também na documentação outros artefatos escolares tais como: papel, pennas, *louzas*, carteiras, mesas, telégrafo, talha para *agoa*, compêndios de gramática, história universal e história do Brasil; *taboa* de operações aritmética, taboada, valores das moedas, divisão dos pesos e medidas, globo terrestre e celeste dos mapas geográficos, atlas, *cartas corographicas e topographicas do Império*, tábuas cronológicas<sup>14</sup>, imagens de Cristo, entre outros. Indicações de como produzir ou consertar os espaços e artefatos escolares: “madeira para os pés dos bancos e mesa, e travejamento da cadeira” e “taboa que se comprou para os degraus da escada” do convento onde funcionavam aulas. Expressões como “folha de despesa”, materiais de “expediente” também estão presentes nos documentos. Todavia, não há nenhuma informação nominal/descriptiva acerca dessas despesas. Chamamos a atenção também para a utilização da palmatória<sup>15</sup> como objeto que auxiliou a disciplina e a “política das aulas”.

Uma discussão também importante é a interpretação da cultura material escolar nos diferentes níveis de ensino como nas cadeiras de primeiras letras e no ensino secundário no Lyceu, ou até mesmo questões relacionadas à discussão de gênero, como no caso das disciplinas “cabíveis” a cada sexo.

Em um dos trechos de um “Relatório incompleto de um Presidente da Província da Paraíba que foi exonerado por Decreto Imperial”<sup>16</sup> encontramos a seguinte afirmação:

[...] É diminuto o número d’aquelles, que recebem instrução primaria na Província, facto esse acha natural explicação na dispersão da população por

<sup>14</sup> A respeito dessas tábuas há a curiosa recomendação de que elas deveriam ser “mais exatas, e acreditadas”. Não sabemos, no entanto, como se davam a distribuição e aplicação desses materiais, tendo em vista que a presente documentação apresenta pedidos/listas ou publicação da legislação e não as formas de utilização dos materiais solicitados.

<sup>15</sup> Na Resolução de 26 de fevereiro de 1846 - O Art. 56 no capítulo 6º diz: “O professor da primeira cadeira poderá castigar os seus discípulos com palmatória.” O trabalho de Miranda (2009), aborda bem essa questão.

<sup>16</sup> Considerando a significativa mensagem do presente relatório, trouxemos alguns trechos do mesmo. Entretanto, ressaltamos não haver indicativos de datação no documento.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

tão extenso território, além da negligencia de muito Paes em mandarem seus filhos para as escolas.

[...] Autorisei a distribuição de utensílios com as escolas do Teixeira, Fagundes, Alagoa do Monteiro, Taipú, Gurinhém, na importância de 362\$780 reis.

Parecendo-me o resumo de grammatica portuguesa, organizado por Pedro de Souza Guimarães, preferível à outras que existem, pelo methodo e clareza da exposição, accomodada à intelligencia pouco desenvolvida dos meninos, autorisei ao Inspector do Thesouro provincial a aquisição de 500 exemplares desta obrinha para uso das escolas primarias da Provincia.

Nos trechos do Relatório acima referido é possível destacar alguns pontos, entre eles: a relação entre a qualidade e a responsabilidade das práticas educativas centradas na figura dos pais de alunos e dos próprios alunos. Além disso, a questão do valor apontado para as escolas não era o bastante para suprir as necessidades das aulas de primeiras letras que deveriam funcionar nas localidades indicadas no Relatório e, por fim, a divulgação da *obrinha* de significativo método e clareza para toda a Província, pode indicar uma das tentativas de se normatizar o ensino público nas mais diversas localidades.

### 4- Considerações finais

O estudo acerca das instituições escolares encontra-se fortemente entrelaçado ao da cultura material escolar à medida que ambas as perspectivas de estudos dão configuração ao ambiente onde as práticas educativas alcançaram sua principal forma de expressão. Entendendo por “práticas educativas”, a configuração do cotidiano escolar a partir de hábitos e tradições que vão se delineando ao longo de todo o século XIX, em outras palavras, os sujeitos e suas práticas no espaço educacional, conforme já alertava Vidal (2009).

Em suma, esperamos que a interpretação da documentação com qual vimos trabalhando permitam ainda outras aproximações com o cotidiano das aulas na Província da Parahyba do Norte oitocentista e possibilitem diversas escritas historiográficas sobre o tema ampliando os olhares no campo da história da educação brasileira, no que diz respeito às diversas províncias do império.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

### 5- Referências

CASTRO, César Augusto. “Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista.” In: CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler (orgs). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís, MA: EDUFMA, Café & Lápis; João Pessoa, PB: Universitária – UFPB, 2011. p. 13-33.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2012. (Tese de Doutorado em Educação).

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collegio de Educandos Artífices, 1865-1874: a infância desvalida na Parahyba do Norte**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Universitária de São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série Historiografia).

MIRANDA, Itacyara Viana. **Saber e medo: métodos disciplinares e punitivos na instrução na Província da Parahyba do Norte de 1822 a 1864**. João Pessoa, PB: UFPB/DH, 2009. (Monografia do Curso de Licenciatura em História).

\_\_\_\_\_. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2012. (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. “Colégios e Liceus na Paraíba do Oitocentos: oficinas para mandos e ofícios da cidade”. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charlinton José dos Santos (orgs). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação). p.7- 39.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002 (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. (Coleção documentos da educação brasileira). (CD-ROM).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. “A Institucionalização da instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte (1821-1840).” In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e FERRONATO, Cristiano (orgs.) **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa, PB: Universitária – UFPB, 2008. p. 13- 37.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. “Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no Oitocentos”. In: CURY, Cláudia Engler e MARIANO, Serioja Cordeiro. (orgs). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2009. p. 101 - 122.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista (1822-1964)**. João Pessoa, PB: UFPB/DH, 2009. (Monografia do Curso de Licenciatura Plena em História).

VIDAL, Diana Gonçalves. “A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos”. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (orgs). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2009. p. 37 – 54.

